

A extensão do despreparo

Rogério L. Furquim Werneck*

Desde que Fernando Haddad e Simone Tebet se afastaram, deixando como legado um salto do endividamento público de 12% do PIB em um único mandato presidencial, a Fazenda e o Planejamento ficaram entregues a ministros para os quais o presidente só vem tendo elogios. Dario Durigan “flexibilizou o bolso” e não tem dificuldade para “liberar um dinheirinho” (*Valor*, 11/6). E Bruno Moretti tem-se destacado por sua capacidade de “encontrar dinheiro perdido” (*Folha*, 30/6).

É escoltado por um par de ministros desse naipe que Lula da Silva pretende se reeleger e se preparar para enfrentar o alarmante quadro fiscal com que o País terá de lidar em 2027.

Durigan vem alardeando que, como o resultado primário estaria zerado, o aumento do endividamento teria passado a ser simples decorrência da taxa de juros. Deixando de lado que não é verdade que o resultado esteja zerado, a lógica da alegação está redondamente errada.

Contas primárias equilibradas só serão suficientes para impedir o aumento do endividamento público se a taxa real de juros incidente sobre a dívida for igual ou menor que a taxa real de crescimento da economia. Quando não é esse o caso, como salta aos olhos, a contenção do endividamento requer a geração de superávits primários.

Um governo que só consegue zerar o resultado primário está gastando mais do que deveria ao deixar de gerar recursos fiscais para fazer face ao pagamento dos juros. O aumento do endividamento não é “simples decorrência da taxa de juros” e, sim, do excesso de gastos primários.

É difícil que, até hoje, Durigan não tenha encontrado uma boa alma que lhe pudesse explicar algo tão básico. Se insiste nessa alegação torta, é por razões meramente eleitoreiras, para se juntar ao mesmo coro que há tempos vem sendo ensaiado no Planalto.

Já na entrevista coletiva de 30/1/2025, quando indagado sobre o rombo fiscal que seu governo deixaria, o próprio presidente Lula se permitiu responder que não havia rombo fiscal algum. E que, “se não fosse o Rio Grande do Sul, nós teríamos feito superávit”.

Esta é a essência do ilusionismo tosco a que se agarra a campanha da reeleição agora. Evitar a todo custo falar da trajetória alarmante do endividamento público e alegar que o governo estaria prestes a “equilibrar suas contas”, deixando de incorrer em déficits primários.

Alguém acha mesmo que um ministro da Fazenda que repete essa balela conseguirá convencer a parcela mais lúcida e bem informada do eleitorado de que não há o que temer quanto à gestão fiscal de um Lula 4?

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.